

*Periódico Técnico e Científico*

# **Cidades Verdes**

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 11, número 29, 2023

## **As mobilizações populares na criação da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo na Cidade de São Paulo, Brasil**

*Popular mobilizations in the creation of the Parque e Fazenda do Carmo Environmental  
Protection Area in the City of São Paulo, Brazil*

*Movilizaciones populares en la creación del Área de Protección Ambiental Parque e  
Fazenda do Carmo en la Ciudad de São Paulo, Brasil*

**Rodolfo Valentino Fulgêncio**

Mestre, Uninove, Brasil  
rodolfo40@gmail.com

**Cintia Elisa de Castro Marino**

Professora Doutora, Uninove, Brasil  
cintiacmarino@gmail.com

# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 11, número 29, 2023

### Resumo

Este trabalho tem como finalidade pesquisar como foi o processo de mobilização constituído pelos moradores e associações que reivindicaram junto aos órgãos públicos tanto na esfera municipal quanto estadual a preservação de uma área tendo como desdobramento a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Carmo. A metodologia do presente trabalho consistiu em uma análise do caso com interpretação dos fenômenos observados a partir das discussões fomentadas pelo referencial teórico baseado em uma revisão de literatura sobre os movimentos e as mobilizações sociais, os quais se enquadram nesse processo analítico de característica qualitativa. Para a realização desta investigação científica foi necessária uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível dos atores sociais e públicos envolvidos. O processo de pesquisa de campo ocorreu por meio de pesquisas individuais com membros e lideranças dos movimentos sociais das comunidades envolvidas que protagonizaram essas ações ocorridos entre os anos de 1985 e 1993. A análise de dados ocorreu a partir das narrativas dos entrevistados que discorreram sobre os acontecimentos na época onde a sociedade civil organizada trabalhou junto a administração pública para elaboração da legislação que criou a APA do Carmo. A relevância da pesquisa consiste sobre o fenômeno da mobilização social na criação desta área de proteção ambiental, que contribui com as questões ambientais atuais e temas de mobilizações sociais da contemporaneidade em prol do meio-ambiente. A discussão busca entender o dinamismo do fenômeno como instrumentos para defesa dos interesses coletivos de natureza social frente a gestão pública.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, mobilizações, meio-ambiente, área de proteção ambiental.

### Summary

*This work aims to research how was the mobilization process constituted by residents and associations that claimed with public bodies both at the municipal and state levels the preservation of an area with the development of the Environmental Protection Area (APA) do Carmo. The methodology of the present work consisted of an analysis of the case with interpretation of the observed phenomena from the discussions fostered by the theoretical framework based on a literature review on social movements and mobilizations, which fall within this analytical process of qualitative character. In order to carry out this scientific investigation, a holistic view was needed in order to obtain the broadest possible description of the social and public actors involved. The field research process took place through individual research with members and leaders of the social movements of the communities involved who carried out these actions that took place between 1985 and 1993. Data analysis took place from the narratives of the interviewees who spoke about the events at the time when organized civil society worked with the public administration to draft the legislation that created the APA do Carmo. The relevance of the research is on the phenomenon of social mobilization in the creation of this area of environmental protection, which contributes to current environmental issues and themes of contemporary social mobilization in favor of the environment. The discussion seeks to understand the dynamism of the phenomenon as instruments for the defense of collective interests of a social nature in the face of public management.*

**Keywords:** Social movements, mobilizations, environment, environmental protection area.

### Resumen

*Este trabajo tiene como objetivo investigar cómo se constituyó el proceso de movilización de vecinos y asociaciones que reclamaron ante los organismos públicos tanto a nivel municipal como estadual la preservación de un área con el desarrollo de la Área de Protección Ambiental (APA) do Carmo. La metodología del presente trabajo consistió en un análisis de caso con interpretación de los fenómenos observados a partir de las discusiones propiciadas por el marco teórico a partir de una revisión bibliográfica sobre movimientos y movilizaciones sociales, que se enmarcan en este proceso analítico de carácter cualitativo. Para llevar a cabo esta investigación científica se necesitó una mirada holística para obtener la descripción más amplia posible de los actores sociales y públicos involucrados. El proceso de investigación de campo se llevó a cabo a través de una investigación individual con integrantes y líderes de los movimientos sociales de las comunidades involucradas que realizaron estas acciones que se desarrollaron entre 1985 y 1993. El análisis de datos se realizó a partir de las narrativas de los entrevistados que hablaron sobre los hechos ocurridos en la época en que la sociedad civil organizada trabajó con la administración pública para redactar la legislación que creó la APA do Carmo. La relevancia de la investigación está en el fenómeno de la movilización social*

*en la creación de esta área de protección ambiental, que contribuye a las cuestiones ambientales actuales y temas de movilización social contemporánea en favor del medio ambiente. La discusión busca comprender el dinamismo del fenómeno como instrumentos para la defensa de los intereses colectivos de carácter social frente a la gestión pública.*

**Palabras clave:** *Movimientos sociales, movilizaciones, medio ambiente, área de protección ambiental*

## **Introdução**

Neste presente trabalho analisamos como os moradores do entorno e os movimentos associativos se organizaram para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Parque e Fazenda do Carmo. Buscamos investigar como foi o processo de mobilização e a participação popular das associações que se fizeram ouvir nos órgãos públicos do Governo do Estado de São Paulo. Como objetivo específico a identificação dos atores envolvidos, descrevendo o cenário político dos fatos a época, suas lideranças sociais, os passos percorridos até a implementação da APA do Carmo e exemplificar o contexto territorial quando de sua criação.

O recorte desta pesquisa tem como marco o período quando uma mobilização social da zona leste da cidade de São Paulo, convergiu forças em 1985 para desativação de um aterro sanitário. Foi realizado um grande acampamento que perdurou por dezessete dias, vinte e quatro horas por dia, impedindo a entrada de caminhões de lixo ao aterro. Esse fato pode ser considerado um marco para a efetivação do fechamento do aterro, o que levou essa mesma mobilização a despertar um interesse de responsabilidade socioambiental, o que deu origem a várias ONG's (DELI, 2010), dentre elas MDVA (Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva) e na SAL (Sociedade Ambiental Leste).

Destes movimentos surgiram diversas reuniões cuja discussões participaram vários segmentos da sociedade, dentre eles do setor político, que levaram em consideração a política habitacional e o interesse coletivo do bem estar ambiental.

Estas mobilizações sociais desenvolveram um importante trabalho de conscientização ambiental pela preservação e recuperação da então chamada Mata do Carmo, principal motivo que fizeram essas associações trabalharem para a criação da APA do Carmo, a qual se efetivou no ano de 1989 (DELI, 2010).

## **Metodologia**

A metodologia do presente trabalho consistiu em uma análise do caso com interpretação dos fenômenos observados a partir das discussões fomentadas pelo referencial teórico baseado em uma revisão de literatura sobre os movimentos e as mobilizações sociais, os quais se enquadram nesse processo analítico de característica qualitativa. Para a realização desta investigação científica foi necessária uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível dos atores sociais e públicos envolvidos. O processo de pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas individuais com membros e liderança dos movimentos sociais das comunidades envolvidas que protagonizaram essas ações ocorridos entre os anos de 1985 e 1993. Os nomes foram omitidos a fim de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados. A análise de dados ocorreu a partir das narrativas dos entrevistados que discorreram sobre os

acontecimentos na época onde a civil organizada trabalhou junto a administração pública para elaboração da legislação que criou a APA do Carmo.

### **A relação da sociedade civil com o Estado: uma aproximação teórica**

Segundo Antikeira, Picanço e Bertoni (2021), uma mobilização é resultado da organização social de um determinado grupo, que possui objetivos definidos e bem delineados em comum, de maneira que todos se apresentam para a mobilização de modo espontâneo, sabedores de sua função, sem interesses de ordem pessoal. Sendo necessários três condicionantes para uma efetiva mobilização: (i) a presença de um anseio objetivo comum aos participantes atendendo às suas demandas e suas respectivas compreensões; (ii) participantes multiplicadores qualificados e (iii) ações coletivas.

Os movimentos sociais atuam nas camadas sociais da sociedade, parte-se então de uma noção genérica e contemporânea de sociedade civil, advindo de um conceito clássico da sociologia política. O pleno exercício da cidadania, é a busca constante por cidadãos que compõem diversos setores sociais, os quais em última análise são muito diferentes entre si, entretanto essa pluralidade social é estrutura na qual a sociedade civil é constituída (SCHERER-WARREN, 2006).

Um movimento social é o resultado da interação das pessoas, no decorrer do desenvolvimento desde as sociedades mais antigas, evidencia-se que eles sempre estiveram de uma forma ou de outra presentes, não é resultado de um acaso, na prática são um mover coletivo, uma força que une as pessoas em prol de um interesse coletivo, isto é, um objetivo comum. Como o próprio nome diz são atuações de cunho social, de formação plural, nunca de modo isolado ou individual, de constituição das diversas camadas sociais, política ou cultural. Dependendo dos canais e da forma como os movimentos se apresentam em público, para a sociedade e aos governos, poderão causar impactos que variam de inexpressivos a expressivos (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais também atuam através das associações, estas são instrumentos que também servem para denunciar as demandas sociais, dentre as quais, há algumas fundamentais para estimular a prática do exercício político nos vários segmentos sociais, sempre voltados para o trabalho que acolha os excluídos sociais, procurando patronizar uma sociedade diferente e desigual. O conceito de ecologia democrática das associações está baseado nas diversas frentes de trabalho que podem ser levadas a efeito das associações, fazendo um recorde da realidade social vigente, conseqüentemente trazendo um enriquecimento através da análise de suas ações sendo evidenciadas pelos seus resultados. A promoção da ecologia associativa recebeu um maior dimensionamento agregando valores democráticos devido empenho de suas associações (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017).

Os movimentos sociais e as associações têm a capacidade de agirem em várias frentes de trabalho com uma múltipla gama de pautas reivindicatórias, de ordem acadêmica, assistencial, ambiental dentre outras, sempre buscando satisfazer os anseios de seus associados, pode-se considerar um fenômeno social que abrange desde a proteção individual de excluídos a interesses de categorias de classes como os sindicatos, inovando sempre quando surge novos

temas a serem defendidos. A inclusão social é fundamental para o desenvolvimento saudável de qualquer sociedade, deve ser uma pauta política permanente na agenda pública de qualquer gestão, entretanto, quando a pauta inclusiva não é atendida de maneira satisfatória, os movimentos associativos funcionam como observadores atuando em múltiplos territórios em favor dessa mesma inclusão (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017).

Alguns autores afirmam que um dos possíveis desdobramentos da mobilização social teria como resultado uma efetiva participação popular em uma determinada ação reivindicatória junto a gestão pública. Todas as atenções das ciências humanas como sociologia, metodologia, filosofia, ética, gestão, etc., estão voltadas para aquele, que é o protagonista das ações e decisões sociopolíticas que afetam a vida de toda uma coletividade, isto é, o cidadão (ã), os seres humanos são agentes políticos por natureza, precisam agir de modo colaborativo, retributivo buscando na medida do possível a igualdade para poderem coexistirem socialmente, em virtude de sua habilidade de negociação, os cidadãos participam das demandas sociais em todas as esferas da sociedade desde uma agremiação estudantil escolar até os órgãos públicos diretos de um país (CALANDINO; SCÁRDUA; KOBLITZ, 2018).

Para Brandão (2011), o território é marcado pelo impacto da atuação dos membros que pertencem a um determinado grupo social, esse engajamento individualmente é uma das formas do exercício da cidadania, os valores percebidos pelo grupo, mediante sua leitura da realidade social potencializará seu empenho na ação e conseqüentemente nos resultados dela. Devido a dinâmica das relações comerciais oriundas do capital financeiro, advinda dos processos do crescimento dos centros urbanos, expansão de seu parque industrial, que influenciam de maneira drástica como as pessoas percebem a ideia de Estado, do fim do século passado até a atualidade vários eventos influenciam e moldaram as manifestações coletivas.

Tratando ainda sobre a influência do poder do capital no processo de industrialização e conseqüentemente transformação urbana das cidades, há pesquisas que trabalharam desde 1840, os efeitos dos movimentos em uma abordagem sociológica, sobre as articulações dos trabalhadores do setor industrial, queixando-se de ausência de direitos diante da pressão do capital financeiro da indústria. Mudanças significativas ocorreram trazendo uma melhor condição de trabalho para os operários, com um alto nível de sociabilização, as interações entre padrão e empregados evoluíram para uma harmonia com o surgimento de uma dimensão social satisfatória, graças as mobilizações sociais de base, iniciadas pelos trabalhadores insatisfeitos que tiveram a capacidade de organização e articulação em reivindicarem mediante um diálogo com os detentores do capital, os resultados alcançados são percebidos em nossos dias atuais. Os pesquisadores que atuaram na linha da Escola de Chicago na segunda década do século passado, debruçaram-se na avaliação da forma de agir os grupos sociais enquanto coletivos (SOUZA; PEREIRA, 2022, p. 11).

Um dos conceitos sobre os movimentos sociais está baseado no fato de serem mecanismos destinados a obtenção de grandes resultados sociais, isto é, são constituídos por grupos que trabalham a ação sempre coletiva de seus membros, com a finalidade de transformar, mudar ou adquirir da sociedade respostas para suas demandas o que produz mudanças significativas nesta mesma sociedade, os movimentos podem agir através de várias maneiras, reivindicações de rua, participação em congressos e fóruns, mediante a internet,

dentre outras, sendo meios que causam grande impacto de atuação coletiva com ganhos significativos. No período da modernidade os movimentos sociais ficaram em evidência devido seu engajamento na regulação dos efeitos das proposituras da administração pública na sociedade, todos os movimentos que foram relevantes nessa atuação objetivaram encaminhar suas queixas ao Estado, dependendo de sua capacidade em capitalizar material humano e recursos percebesse que as ações sociais vivem ciclos distintos, pois necessitam estar sempre ativos, ora mais, ora menos intensamente coletivos (SOUZA; PEREIRA, 2022, p. 12).

Ainda segundo Maciel (2011), quando o assunto é o acesso ao direito mediante ações diretas de atores sociais, é importante entender que todo o repertório dessas mobilizações será objeto de pesquisas científicas. O primeiro questionamento que surge é: quais os condicionantes que são a base para a formação dessas mobilizações, a oportunidade política pode ser uma porta de entrada as mesmas, em segunda análise, caso a oportunidade política seja essa entrada, os movimentos sociais para serem atendidos em suas demandas junto ao poder público, utilizará todo o seu poder de repertório de atuação não pertencentes a esfera institucional pública, como greves, boicotes, até mesmo “lobbys” e o acionamento do poder judiciário. Em terceiro lugar, os movimentos necessitam criar uma agenda de reivindicações com a produção de um plano de atuação construída mediante o discurso de seus membros.

O que atualmente é entendido como sociedade civil ganhou uma posição de destaque no que se refere às discussões em relação aos processos democráticos que ultrapassam as configurações institucionais e aparecem nas parcerias com o Estado. Por outro lado, a sociedade civil surge como uma solução para a lacuna estatal nas versões neoliberais, mas também é solução para as versões mais à esquerda, nesse exemplo, vinculada aos pensamentos de radicalização democrática, expansão da cidadania e justiça social. Para alguns autores, a formulação de novas compreensões de sociedade civil está em sua emancipação referente ao Estado e a economia, através de uma análise mais aprofundada indo além das delimitações democráticas e do liberalismo econômico (LOSEKANN, 2014, p. 46).

Para os autores Souza e Rodrigues (2004, p. 82–83), a sociedade civil é dinâmica, contém “mundos” diferentes dentro de sua estrutura, esses mundos paralelos estão também conectados através dos laços culturais e políticos, onde as pessoas podem estar em evidência na sociedade, quando trabalham ativamente através dos movimentos sociais. Tentam com essas ações tornarem-se mais que meros sujeitos passivos no processo social, afirmando-se em alguma condição, na qualidade de protagonistas e agentes de seus destinos – por mais singela possa ser essa ação na prática. Desta maneira os autores sintetizam o que propuseram em trabalhos anteriores, dizendo que todo movimento é um ativismo social, entretanto reciprocidade não é verdadeira: nem todo ativismo configura-se em um movimento.

Para Scherer-Warren (2006), há quem se refira equivocadamente a sociedade civil, como se a mesma fosse o que muitos teóricos chamam de “terceiro setor”, este pertence ou está contido dentro da sociedade, que por sua vez tem um “universo” que comporta outros fenômenos sociais, entretanto justamente por ser um ambiente que comporta atores heterogêneos, sempre estará sujeita a pressões políticas, provenientes de sua própria constituição, que demonstra que não há um antídoto contra a disputa de interesses sociais na sociedade. Segundo o autor a sociedade civil se constitui pela formação das classes sociais

dentro de seus níveis, onde ocorrerá a disputa de interesses sociais dentro delas, manifestando-se de diferentes maneiras. Conforme Losekann (2013), os interesses sociais são difusos em uma sociedade, há disputa entre praticamente todas as camadas sociais, das menos favorecidas até as maiores elites, entretanto para que seus membros possam reivindicar suas demandas, necessariamente dependerá de canais de acesso as arenas de discussões para poderem debaterem permitindo uma maior participação social. Neste quadro apresentado há a ausência intervencionista Estatal, proporcionando uma diversidade institucional. Para as associações principalmente as de caráter ambiental, esses canais de acesso permitem uma mobilização legal, encontrando na ACP um instrumento no exercício prático para trabalharem várias formas de performance dentro de uma efetiva atuação coletiva.

Segundo Abers e Bülow (2011), a teoria de McAdam consiste em afirmar que a política como mecanismo de representação social não pode ser interpretada a margem dos interesses sociais, pois, devido a estrutura da sociedade ser constituída por classes, estas quando se virem no direito de reivindicar qualquer pauta, irá se utilizar dos movimentos sociais para protestarem, portanto, toda a aproximação do grupos sociais com o poder público será para dirimir alguma demanda social. Em nosso país, anteriormente a outros movimentos sociais, essa relação conflituosa entre Estado e mobilização social ocorre no meio ambientalista, entretanto, com o engajamento de militantes favoráveis ao meio ambiente, surgem os órgãos de vertente ambiental dentro dos setores públicos. Caso emblemático onde teremos no ano de 1973 a posse de Paulo Nogueira Neto, sendo o então o primeiro secretário nacional do meio ambiente.

Para Bringel (2012), o resultado das mobilizações sociais serve como parâmetro no processo social, na medida que esses resultados servem como referencial teórico, levando em consideração o momento histórico em que eles ocorreram e como influenciaram a vida política de suas respectivas épocas. Entretanto houve uma debilidade causada justamente pelo longo espaço temporal em fazer a leitura das ações coletivas de maneira a tentar levar em consideração a realidade geográfica de cada local da ação mobilizada independente da abertura política.

O modelo a ser seguido começa a ruir, a partir dos anos 2000, o que antes era certeza ou ponto passivo entre os teóricos desde a década de 60, agora passaria a ser confrontado e gradativamente substituído por uma maior aproximação teórica sobre os movimentos sociais em seus debates mais abrangentes em comparação a ação coletiva. O questionamento sobre a relação dos movimentos sociais com a ação coletiva, no decorrer dos últimos trinta anos está relacionado justamente com as definições ou conceitos que os pesquisadores produziram no decorrer desse período de modo cronológico, dependendo do evento temporal será produzida uma teoria específica sobre cada um deles (ABERNS; BULOW, 2011).

O desdobramento das interações sociais entre os atores públicos, privados ou particulares se dá pela tenção constante e a habilidade de penetração nas arenas de poder, mediante grupos representativos de setores específicos da sociedade que atuarão com estratégias ou modelos formatados de reivindicações como negociação, cooptação, representação política partidária resultando em uma dimensão social atual (MACIEL, 2011).



Os movimentos sociais fornecem diagnósticos em relação aos acontecimentos que estão realmente ocorrendo na sociedade, criando propostas. A atuação em redes, criam ações participativas coletivas que atuam como resistência à exclusão lutando pela inclusão social. Constituindo e desenvolvendo o chamado “empowerment” de atores oriundos da sociedade civil organizada à medida que formam agentes sociais para a referida atuação em rede. Observa-se que mesmo os movimentos sociais da década de 1980 como os atuais constroem representações simbólicas que se afirmam por intermédio de discursos e ações. Criando identidades para os grupos que outrora estavam dispersos e desorganizados. Uma consequência positiva produzida individualmente nos agentes dos grupos sociais são os laços de pertencimento e a efetiva inclusão social (GOHN, 2011).

As pesquisas sobre os movimentos sociais ganharam um enriquecimento a partir das análises sobre a mobilização legal com início nos anos 90, não desconsiderando as várias vertentes dos movimentos sociais. O ordenamento jurídico utilizado como instrumento de aplicação da norma pelo judiciário, foi fruto de um profundo debate, onde foram ouvidos vários segmentos da sociedade civil, mediante seus setores representados por várias associações dentro da arena legislativa, a lei de agora em diante será a “bússola” que norteará as ações de atuação no território (LOSEKANN; BISSOLI, 2017).

A teoria dos movimentos sociais sugerem que a existência de ativistas organizados de maneira prévia, a disponibilidade de recursos para a organização e a permanência de uma estrutura de oportunidade política ou janelas de oportunidade para as ações são elementos importantes que colaboram para a produção de insurgência. As mobilizações tem a capacidade de produzir em um primeiro momento o surgimento de novos participantes, na qualidade de ouvintes na luta social, produzindo futuros atores engajados nas demandas sociais. Um ativista raramente narra seu engajamento por meio de categorias de nível macro, mas sim pela sua experiência vivida no singularmente na atuação local (LOSEKANN, 2017).

### **O caso da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo**

O médio e o baixo Vale do Aricanduva estão muito urbanizados, exceção alguns pontos elevados. Entretanto, na mesma região é visualizada a existência de construção civil entre várias casas e alguns prédios residenciais.

No interior da APA, percebem a diferença na paisagem causada pela vegetação, subindo pela avenida Afonso de Sampaio e Souza sentido ao bairro de Itaquera quanto se continuar seguindo à avenida Aricanduva sentido São Mateus.

Na primeira situação, ao continuar pela via sentido Itaquera, ao seu lado direito a pessoa vislumbrar a antiga cultura de eucaliptos, plantados inicialmente para a fabricação de dormentes para linha férrea, entremeados de alguns sub-bosques e matas ciliares, conseqüentemente chegará a entrada principal do Parque do Carmo, o Portão “1”; na outra situação pela pista em direção ao bairro de São Mateus, a pessoa contemplará o curso do rio Aricanduva para montante, considerando que mais adiante à sua esquerda, em relação a pista que segue sentido oposto, observa-se uma vegetação singular que reveste as elevações do relevo, entre vales onde se encontram riachos e nascentes.



Ao entorno da APA encontramos bairros populares e alguns de padrão elevado, estes últimos mais próximos ao Parque do Carmo, na antiga Colônia de Itaquera, onde existem várias chácaras e sítios de características rurais.

Entretanto há a presença de indústrias estabelecidas que vêm aumentando a cada ano, na mesma região podem ser observados loteamentos esparsos, um hipermercado da rede Carrefour (dentro do sistema viário Jacu-Pêssego) e, entre outros equipamentos, um parque de diversões muito popular, denominado Aquarius, onde, além de brinquedos, há a comercialização de animais considerados “*pets*”, *floriculturas*, que ocorre principalmente aos finais de semana.

Na borda sudeste da APA situam-se ainda, sentido o curso do rio Aricanduva, dois “piscinões” (reservatórios de contenção de sentimentos e controle de cheias) causadores de impacto na paisagem local. Ressaltando que nas proximidades da APA, na avenida Ragueb Chohfi, após o término da avenida Aricanduva, há o Parque Industrial São Lourenço, ocupado por galpões que são perceptíveis a paisagem local.

O Parque e Mata do Carmo anteriormente fazia parte da antiga Fazenda do Carmo (conhecida como terras do Caguaçú) que, durante século XVII, havia sido entregue em doação à Província Carmelita Fluminense, atual Ordem Terceira do Carmo. Onde, os padres passaram a criar gado e ao cultivo de café, chá e verduras. O local foi comprado pelo empresário Oscar Americano de Caldas, posteriormente entregue à Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) em 1975, e hoje é o Parque Urbano Olavo Egydio Setúbal (Parque do Carmo) (SANTOS, 1997, p. 66).

Dentro dos domínios territoriais da APA do Carmo está estabelecido de 1992 a unidade do Serviço Social do Comércio em Itaquera (SESC), abrangendo uma área de 350 mil m<sup>2</sup> de espaço dos quais 66 mil m<sup>2</sup> de área construída (SANTOS, 1997, p. 66), apesar da APA do Carmo ter sido criada através da Lei nº 6.409 (1989), sua regulamentação que definiu seu zoneamento só foi concretizada com a edição do Decreto nº 37.678 (1993), posterior a inauguração do SESC-Itaquera.

Sua lei original de criação é de 1989, está localizada na zona leste do município de São Paulo, na bacia do rio Aricanduva, região densamente ocupada. A área fazia parte da Fazenda Caguaçú, constituída e mantida por padres da Província Carmelitana Fluminense, entre 1722-1919. Em 1989, a APA do Carmo foi criada por meio da Lei nº 6.409 (1989) e em 1993 foi editado o Decreto nº 37.678 (1993), que a regulamentou e estabeleceu o zoneamento em vigor. Por este Decreto foi criado também o seu Conselho Gestor, o primeiro de uma Unidade de Conservação do país, exercendo importante atuação até hoje.

Criada pela lei 6.409 no ano de 1989, em uma região com densidade demográfica alta, na bacia do Aricanduva, a APA do Carmo foi posteriormente regulamentada e instituído seu zoneamento com a obrigatoriedade em constituir seu Conselho Gestor em virtude da publicação do decreto nº 37.678 de 1993. Um ecossistema todo peculiar, onde vivem espécies como jequitibás, paus-d’alho, canelas, bromélias, orquídeas, em sua fauna, são comuns espécies como inhambus, pitiguaris, jacus, gambás, tatus-galinha, bicho preguiça, ouriços, morcegos e serpentes da vegetação remanescente da Mata Atlântica, (SVMA, 2014, p. 36).

Em consequência de sua finalidade ser a proteção de áreas naturais entendidas como mais frágeis, que abrigam uma variedade rica de plantas e animais nativos, que não suportariam

conseguir coexistir e sobreviver com a redução de seu espaço territorial (hábitat). A APA do Carmo apresenta a seguinte zoneamento a zona A - Zona de Vida Silvestre corresponde às áreas mais restritivas quanto ao uso e ocupação do solo, por existir diversas nascentes, áreas com altas declividades e extensos remanescentes de Mata Atlântica e Capoeira e na zona B há manchas significativas de Mata Atlântica e Capoeira, o Sesc Itaquera e do Parque do Carmo classificado como parque urbano (SVMA, 2014, p. 51).

A legislação disciplina que o zoneamento de uma UC se configura como um mecanismo cuja finalidade é a organização territorial para a obtenção de resultados satisfatórios em seu manejo, estipulando usos diversificados para cada zona, conforme suas finalidades e normas, desta maneira almejando maior proteção a UC Lei nº 9.985 de (BRASIL, 2000); (SVMA, 2014, p. 51).

Após a edição do referido decreto que estabeleceu o zoneamento da APA do Carmo, sendo resultado das mobilizações populares da década de 1980, objeto desta pesquisa, teve como desdobramento no ano de 2003 a criação do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC), o qual consiste em uma UC de Proteção Integral (acesso restrito), com uma área inicial de 395,86 ha, localizado dentro dos limites territoriais da APA do Carmo, a princípio denominado Parque Natural Municipal do Carmo, fruto também de outras reivindicações populares, com a SVMA, e de ONG's, com o objetivo de preservar e manter a qualidade do meio ambiente da região, mediante a edição do Decreto Municipal nº 43.329 (SÃO PAULO, 2003), (SVMA, 2014, p. 9). Vale ressaltar que só foi viabilizado a criação do PNMFC devido a existência da APA do Carmo.

Propiciando a possibilidade da participação social da comunidade de modo consultivo para tratar dos debates sobre o planejamento, fiscalização e a gestão pública dos parques, Os Conselhos Gestores dos parques municipais foram estabelecidos priorizando a temática ambiental (SVMA, 2014, p. 44).

A prefeitura paulistana no ano de 2008, com a edição do Decreto Municipal nº 50.201 (SÃO PAULO, 2008), adicionou 53,91 ha aos limites territoriais do PNMFC, passando agora a ter 449,78 há e renomeando esta UC para PNMFC efetivando sua gestão (SVMA, 2014, p. 10).

A relevância do PNMFC está em seu reconhecimento como sendo a maior fragmentação da vegetação da zona leste da cidade de São Paulo, possuindo uma função singular no equilíbrio hídrico e climático da região, também sendo de suma importância para a preservação do bioma da Mata Atlântica e manutenção da qualidade de vida ambiental ao seu entorno (SVMA, 2014, p. 13).

Para a implementação da APA do Carmo, foi necessária a mobilização de diversos atores, dentre moradores, associações de bairros, de ONG's, a COHAB-SP (Companhia Habitacional Metropolitana de São Paulo), a PMSP através do DEPAVE, Sesc-Itaquera, cada qual com ações voltadas a defender seus interesses. A disputa teve início no ano de 1983. Em consequência das operações do aterro sanitário inaugurado em 1985, após decorridos dois anos de funcionamento, somando-se a insatisfação dos moradores que residiam ao entorno das instalações onde estava a piscina de decantação, uma área de 151.600 m<sup>2</sup> que a COHAB-SP havia concedido à PMSP (DELI, 2010).

Mobilizações que surgem de movimentos comunitários semelhantes ao dos moradores insatisfeitos com o aterro sanitário, semelhantes ao caso da APA do Carmo, onde a

causa comum do cotidiano, o anseio coletivo comunitário une as pessoas, configura-se como uma manifestação da sociedade organizada aderente aos grupos locais (SCHERER-WARRER, 2006).

Em entrevista com 4 lideranças dos movimentos sociais à época das mobilizações para a criação da APA do Carmo, obtivemos as seguintes declarações:

Segundo a narrativa do Entrevistado 1, testemunha dos fatos à época, a insatisfação generalizada por parte dos moradores ao redor do aterro sanitário era muito acentuada. Os mesmos comentavam sobre seu descontentamento com a situação gerada pelo aterro, o mal cheiro que era insuportável, praticamente uniu as pessoas no sentido de se organizarem para reivindicarem uma ação para o fechamento do referido. Nota-se que seria necessária uma representação popular de moradores junto aos órgãos públicos competentes, solicitando o seu fechamento e aguardar a avaliação e a deliberação em favor do reivindicado. Porém, a situação ambiental era emergencial do ponto de vista dos moradores, que antes mesmo da deliberação da prefeitura, eles decidiram fechar as atividades do aterro, acampando em frente do mesmo impedindo sua atividade fim. Pesquisa sinalizam que quarenta e dois por cento de algumas manifestações se utilizam de técnicas de bloqueio semelhantes ao caso do aterro sanitário (DELL'ANGELO *et al.*, 2021).

A causa ambiental de modo geral, tem grande impacto no sentido de unir pessoas das mais diferentes classes sociais, o desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações consegue mobilizar vários atores para a preservação de enormes territórios com a finalidade de manter sua fauna e flora (ANTIQUEIRA; PIKANÇO; BERTONI, 2021).

Ainda segundo o Entrevistado 1, esse movimento popular não era considerado uma ação política partidária, não havia uma manifestação ou representação de filiação ou simpatia política partidária por parte dos moradores na organização do acampamento, aqueles que possuíam suas preferências político-político-filosóficas, as tinham de modo subjetivo. Não existia proselitismo político-partidário entre os mobilizados, todos estavam unidos no objetivo de conseguirem o bem estar comum de todos, o que naquele momento significava o fechamento em definitivo as atividades do aterro sanitário.

Conforme Entrevistada 2, mulher, geógrafa e líder do movimentos de moradores, as reuniões também foram realizadas nos salões das igrejas ou no interior dos próprios templos, foram os locais onde os moradores da região do Vale do Aricanduva podiam discutir assuntos que até então devido o cenário político à época poderiam ser considerados subversivos, os padres considerados muito politizados e engajados em temas sociais das comunidades, fomentavam as discussões destaque para o padre Dimas da Paróquia Jd. Carmo. Os anos 80, precisamente 1985, marca o ano do início do processo de redemocratização, e fim de ditadura militar iniciado em 1964, o refúgio no seio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que promoviam as reuniões na Igreja Católica Apostólica Romana eram um dos locais onde os moradores e ativistas podiam discutir pautas de reivindicações populares.

Estima-se que durante os anos 70, existia aproximadamente oitocentas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs), das quais aproximadamente 70% foram fundadas entre 1955 e 1970, entretanto, pelo fato de pouco fazerem pela população pobre, as pessoas passaram a boicotá-las. A crise das SABs forneceu abertura para a atuação de um ativismo mais autêntico, por

intermédio da atuação das CEBs, ligadas à Igreja Católica. As CEBs, sem dúvida, contribuíram para a vida do ativismo de bairro da capital paulista fazendo que houvesse maior politização em São Paulo, o e mobilização dos participantes (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 86).

Ainda segundo a Entrevistada 2 o perfil dos participantes entre moradores e ativistas era bastante diversificado, desde pessoas sem escolarização formal até com formação primária básica, ginásial, colegial, com graduações entre geógrafos e professores principalmente da rede pública, dentre outros. A mobilização resultou em um grande acampamento que perdurou por dezessete dias por vinte e quatro horas impedindo a entrada de caminhões de lixo no aterro. Esse fato, como tática, pode ser considerado um marco para a efetivação do fechamento do aterro. A comunidade revessava-se em turnos e trabalharam toda a logística durante os dias acampados. Segunda a mesma entrevistada, a igreja era considerada um refúgio, pois a ação foi apoiada pelo clero católico que servia como se fosse um escudo de proteção aos manifestantes de qualquer retaliação agressiva policial, pois poderiam as manifestações serem rechaçadas violentamente lembrando que era um período de transição democrática, lembrando que o movimento era pacífico.

Dentre as lideranças da mobilização foi eleita uma comissão para representá-la junto a prefeitura, o que era incomum devido a situação política na ocasião. Entretanto, depois da comissão ser recebida e ouvida pelo prefeito Mário Covas, o mesmo decidiu atender à reivindicação e encerrar as atividades do aterro sanitário. Levanto essa mesma mobilização a despertar um interesse de responsabilidade socioambiental, o que deu origem ao movimento social S.O.S Mata Atlântica e logo na sequência surge o movimento social S.O.S Mata do Carmo.

Ainda, surgiram as ONG's, dentre elas MDVA (Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva) e a SAL, Sociedade Ambiental Leste. A Sociedade Ambiental Leste (SAL) originou-se como resultado do Movimento SOS Mata do Carmo constituído pela comunidade com perfis plurais, desde leigos a ambientalistas com formação na área.

Existe um documento do movimento afirmando que, agora a “Luta Continua” com as preocupações ampliadas, tornando-se uma tarefa difícil para a comunidade participar da organização do espaço público, exigindo uma luta constante, preocupados com o melhor para a população em relação aos interesses dos gestores públicos.

Destes movimentos surgiram diversas reuniões que segundo o documento da mobilização eram realizadas, na sede da Igreja da Paz, aos sábados as 15:00hs na rua Maria Luiza Americano, 1559, no Jardim Nossa Senhora do Carmo, no bairro de Itaquera. Das discussões participaram vários segmentos da sociedade dentre eles do setor político, que levaram em consideração a política habitacional e o interesse coletivo do bem estar ambiental.

O mesmo documento do movimento ainda afirma que considerando a Mata do Carmo importante por ser umas das poucas áreas verdes da zona leste paulistana, a mesma possui condições de receber usos compatíveis.

Nestes movimentos sociais organizados desenvolveram um importante trabalho de conscientização ambiental pela preservação e recuperação da então chamada Mata do Carmo, principal motivo que fizeram essas associações trabalharem para a gestão da área contribuindo por meio do conselho gestor.

Existe ainda um relatório informando o movimento sobre os problemas referentes ao Lixão, que como mencionado foi a causa do início de toda a mobilização da participação social dos atores envolvidos. No texto do referido relatório lista 19 motivos para o fechamento do aterro sanitário e em seu item 20 solicita o fechamento do “Lixão do parque do Carmo”.

O relatório dentre outras informações inicia-se dizendo:

De acordo com o Entrevistado 3, após o fechamento exitoso do aterro sanitário houve um período em que através de uma conscientização ambiental, os participantes entenderam que apenas o fechamento do aterro não seria suficiente, já que as próximas gestões municipais poderiam decidir por reativá-lo. Neste sentido começam várias reuniões com a finalidade de tornar aquela área definitivamente protegida por meio de uma legislação específica que garantisse sua preservação ambiental. Não existia na ocasião a SVMA, o município tinha o DEPAVE que trabalhava com os parques urbanos públicos, porém, não trabalhavam com Unidades de Conservação, não tendo a PMSP estrutura que trabalhasse a questão ambiental sem o envolvimento do Estado ou da União.

Segundo Entrevistado 3, o PL de Lei que instituiu a APA é encaminhado para a criação via ALESP, entretanto a maior parte da área era de propriedade da capital paulista e da COHAB-SP, que por sua vez era uma empresa vinculada a cidade. Por ser um órgão público responsável pela provisão de unidades habitacionais, foi uma discussão com grandes desdobramentos devido a ampla gama de atores envolvidos. Para o Entrevistado 4, foram momentos de muita mobilização com incansáveis reuniões nas “bases” do movimento com visitas periódicos a ALESP, entrando em gabinete por gabinete dos deputados solicitando apoio a criação da APA do Carmo. Para Entrevistado 3, houve uma grande força popular entre vários movimentos de caráter social, que no início com o movimento S.O.S Mata do Carmo, originando um Projeto de Lei para votação e aprovação na ALESP. Posteriormente, teve veto do Governador, gerando consequentemente todo um trabalho realizado gabinete por gabinete para derrubada do veto do governador, sendo obrigatório que os parlamentares fossem unânimes em posterior votação. Revertendo assim o veto do executivo, foi atingido o resultado.

Em seguida, houve toda uma mobilização trabalhando a criação de uma grande U.C, abrindo precedente para o que não existia no país, com a criação de um CG. Muitas discussões aconteceram nesse período que ajudaram o SNUC de como poderiam pensar em uma gestão compartilhada com o cidadão de suas UCs.

Verificou-se que as conscientizações dos moradores na preservação ambiental na região de Itaquera influenciaram a mobilização social, pois despertaram nas pessoas um sentimento de pertencimento na região onde hoje temos a APA do Carmo, desencadeando o desejo de cuidar do bem coletivo, das riquezas naturais. Constatou-se, ao longo do tempo, o declínio da mobilização, porém, essa regressão não se deu exclusivamente por conta da concretização da U.C, outros fatores foram relevantes para a ocorrência deste fenômeno. Dentre estes, a desarticulação dos militantes mais antigos, a mudança de domicílio por parte da liderança fundadora das ONG's SAL, MDVA.

## Considerações finais

As mobilizações populares pela criação da Área De Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo na cidade de São Paulo se afirmam por intermédio de discursos e ações e constroem representações simbólicas (GOHN, 2011). A teoria estudada sugere que a existência de ativistas organizados de maneira prévia, a disponibilidade de recursos para a organização e a permanência de uma estrutura de oportunidade política ou janelas de oportunidade para as ações são elementos importantes que colaboram para a produção da insurgência. Entre as dimensões de oportunidade, percebemos, em nosso caso, algumas janelas de oportunidades que coincidem a discussão conceitual apresentada, quais sejam: a existência da vontade de ampliação de acesso à participação da sociedade e a existência de aliados influentes. Ditos atores mobilizadores são fundamentais nos processos de criação de novos ativistas por construir um tipo de ouvinte (LOSEKANN, 2017).

No lugar daquilo que se caracteriza como força do Estado preferimos entender como o fator da diversidade institucional. O entendimento é de que a abertura dessas janelas oferece incentivos à mobilização legal, articulando distintas performances de ação coletiva. No que se refere à ampliação de acesso, nota-se a criação da própria Lei de Ação Civil Pública (ACP), a qual permite, desde o final dos anos 1980, que associações civis de proteção ambiental, além do próprio Ministério Público (MP), entrem diretamente com a ação judicial (LOSEKANN, 2013).

O movimento protagonizado pelos moradores do entorno do aterro sanitário que cominou em seu fechamento e se desdobrou em uma grande articulação ambiental para a criação da APA do Carmo pode ser considerado uma mobilização social que envolveu participantes de diferentes âmbitos da sociedade, tendo sido possível destacar cinco grupos de mobilizações, que agiram em teias de ações que buscavam a proteção ambiental da referida região do bairro de Itaquera. As lideranças locais percebem a relação entre a criação da APA do Carmo com o movimento de mobilização popular local, destacando a relevância das mobilizações sociais para a proteção ambiental.

Dessa forma, entende-se que houve continuidade de mobilização relacionada a preservação do ecossistema na região através da criação do PNM Fazenda do Carmo, com seu Conselho Gestor, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que não existiria se não estivesse dentro dos limites territoriais da APA do Carmo, na cidade de São Paulo.

## Referências

ANTIQUERA, L. M. O. R.; PICANÇO, K. C. de L.; BERTONI, D. A mobilização social em questões ambientais no Paraná: O caso da APA da Escarpa Devoniana e o Projeto de Lei 527/2016. In: SANTOS, F. dos (org.). **Meio Ambiente em Foco – Volume 13**. [S. l.]: Editora Poisson, 2021. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/ambiente/volume13/MAF13.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 19 out. 2022.



# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 11, número 29, 2023

BRINGEL, B. COM, CONTRA E PARA ALÉM DE CHARLES TILLY: MUDANÇAS TEÓRICAS NO ESTUDO DAS AÇÕES COLETIVAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **Sociologia & Antropologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 43–67, jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752012000300043&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300043&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2022.

CADERNO do plano de manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo. São Paulo: SVMA, 2014.

CALANDINO, D.; SCÁRDUA, F. P.; KOBLITZ, R. V. PARTICIPAÇÃO SOCIAL, UMA ALIADA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA. [S. l.], p. 27, 2018.

DELI, F. R. **DA FAZENDA CAGUAÇU À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**: 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14022011-142752/pt-br.php>. Acesso em: 20 fev. 2021.

DELL'ANGELO, J. *et al.* Commons grabbing and agribusiness: Violence, resistance and social mobilization. **Ecological Economics**, [S. l.], v. 184, 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85103027497&doi=10.1016%2fj.ecolecon.2021.107004&partnerID=40&md5=e5afef68f3eb3410347097cd14f419bf>.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47, p. 333–361, ago. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2022.

LOSEKANN, C. **Ambientalistas em movimento no Brasil: entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o governo Lula**. 1a edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2014.

LOSEKANN, C. “IT WAS NO ACCIDENT!” THE PLACE OF EMOTIONS IN THE MOBILIZATION OF PEOPLE AFFECTED BY THE COLLAPSE OF SAMARCO’S TAILINGS DAM IN BRAZIL. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, [S. l.], v. 14, n. 2, 7 dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43412017000200303&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412017000200303&lng=en&tlng=en). Acesso em: 23 jul. 2022.

LOSEKANN, C. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. **Dados**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. 311–349, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582013000200003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000200003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2022.

LOSEKANN, C.; BISSOLI, L. D. DIREITO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA INSTITUCIONAL. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294032017.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

LÜCHMANN, L. H. H.; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 361–396, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762017000200361&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000200361&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2022.

MACIEL, D. A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 77, p. 97–112, out. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, C. **Zona leste fazendo história**. 1a. ed. São Paulo, Brasil: Editora M. Markovitch, 1997.

SÃO PAULO, cidade. Decreto Nº 43.329 de 12 de junho de 2003. Cria e denomina o Parque Natural Municipal do Carmo. 2003. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-43329-de-12-de-junho-de-2003>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO, cidade. Decreto nº 50.201, de 7 de novembro de 2008. Amplia a área do Parque Natural Municipal do Carmo, criado pelo Decreto nº 43.329, de 12 de junho de 2003, e retifica sua denominação. 2008. Disponível em: <https://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/decreto-50201>. Acesso em: 18 ago. 2022.



SÃO PAULO, estado. Decreto Nº 37.678, de 20 de outubro de 1993. Aprova o regulamento da Área de Proteção Ambiental do Parque e Fazenda do Carmo. 1993. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37678-20.10.1993.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO, estado. Lei Nº 6.409, de 05 de abril de 1989. Declara de proteção ambiental a região do Parque e Fazenda do Carmo. 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1989/lei-6409-05.04.1989.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 109–130, abr. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&tling=pt). Acesso em: 16 ago. 2022.

SOUZA, C. A. de; PEREIRA, C. G. **Movimentos Sociais**. Salvador - B.A: Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35304/1/eBook\\_Movimentos\\_Sociais\\_TSP\\_SEAD-UFBA\\_c.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35304/1/eBook_Movimentos_Sociais_TSP_SEAD-UFBA_c.pdf).

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004(Coleção Paradidáticos : Série Sociedade, espaço e tempo).